



ARSENAL DO ALFEITE

2010

RELATÓRIO E CONTAS

Edição  
**Arsenal do Alfeite, S.A.**

Design  
**Gabinete de Estudos e Projectos**

**Arsenal do Alfeite, S.A.**  
**Alfeite**  
**2810-001 Almada**

Telefone: **+ 351 210 950 800**  
Fax: **+ 351 210 950 957**  
Email: **arsenal@arsenal-alfeite.pt**

Internet: **WWW.ARSENAL-ALFEITE.PT**

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	
1. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO	6
2. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA	8
3. ACTIVIDADE	10
4. RECURSOS HUMANOS	14
5. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	19
6. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	22
7. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	24
8. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	26
9. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	28
10. PERSPECTIVAS FUTURAS	30
11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	32
12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	36
<b>PARTE II – GOVERNO DA SOCIEDADE</b>	
1. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS	38
2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS	41
3. TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS	44
4. OUTRAS TRANSACÇÕES	46
5. MODELO DE GOVERNO E MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	48
6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	51
7. SUSTENTABILIDADE	
7.1. ECONÓMICA	54
7.2. SOCIAL	56
7.3. AMBIENTAL	58
7.4. INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	60
8. PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO	63
9. CÓDIGO DE CONDUTA	67
10. CONTROLO DE RISCOS	69
11. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE	71
12. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO	73
<b>PARTE III – CONTAS</b>	
1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	75
2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	79
3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	100
4. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	102



**MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Por um conjunto de circunstâncias exógenas à Arsenal do Alfeite, S.A., o ano de 2010, embora com um resultado interessante, não correspondeu às expectativas inicialmente existentes.

Ultrapassada que foi a bem sucedida fase inicial de reestruturação e redimensionamento do efectivo para o plano de carga previsto e, ainda, o arranque da actividade, a empresa deparou-se, a partir do segundo trimestre de 2010, com dificuldades crescentes na ocupação das capacidades disponibilizadas e também na implementação do Plano de Investimentos, o qual teve que ser objecto de revisão devido às restrições impostas pelo Plano de Estabilidade e Crescimento.

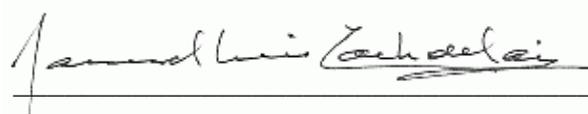
A diversificação para outros mercados - de reparação naval não militar, industrial, de testes laboratoriais, de projecto naval e de construção naval de unidades navais específicas em parceria com outros estaleiros e fornecedores nacionais - tornou-se numa vertente de desenvolvimento prioritária, com uma urgência bem superior à inicialmente prevista, o que coloca dificuldades acrescidas à tarefa de penetração em mercados onde o Arsenal de Marinha era pouco conhecido.

Com as actuais previsões para a economia do País para os próximos anos, adquire capital importância a reavaliação da estratégia contida no Contrato de Concessão celebrado entre o Estado e a Arsenal do Alfeite, S.A., no sentido da sua adequação ao futuro de curto e médio prazo, na medida em que os pressupostos inicialmente previstos já não se verificam e, com alto grau de probabilidade, tenderão a afastar-se ainda mais do previsto, conduzindo a empresa a um eventual reajustamento dos mesmos.

No entanto, o conselho de administração está confiante de que as soluções necessárias e adequadas, para ultrapassar as dificuldades que se antevêm, serão encontradas e implementadas com sucesso.

Alfeite, 15 de Março de 2011

O Presidente



Manuel Luís Carlos da Maia



**ORIENTAÇÕES DE GESTÃO**

Foram cumpridas a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprova os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, dirigidos ao Estado, enquanto titular de participações no capital de empresas e enquanto parte relacionada, e às empresas detidas pelo Estado, e a

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril, que aprova as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado.

Não foram aprovadas orientações sectoriais nem específicas para a empresa.



**RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA**

A empresa cumpriu as orientações emanadas pelo accionista, nomeadamente as resultantes da Assembleia-Geral de aprovação de contas de 2009, bem como as decorrentes das medidas tomadas a nível governamental com impacto nas empresas

públicas. Mais concretamente, e em articulação com o accionista, a Arsenal do Alfeite, S.A. promoveu a avaliação actualizada dos seus activos de maior relevância.



## ACTIVIDADE

A actividade da empresa caracterizou-se, essencialmente, pela continuação das actividades que estavam em execução à data de 1 de Janeiro de 2010.

As referidas actividades consistiram, genericamente, na conclusão de acções de manutenção planeada de navios da Marinha Portuguesa, tais como as Revisões Intermédias (RI) e Docagens do N.R.P. "Vasco da Gama" e do N.R.P. "Orion" e as Pequenas Revisões (PR) e Docagens/Alagens do N.R.P. "Jacinto Cândido" (que incluiu o projecto de modernização do sistema de produção e distribuição de energia eléctrica com a instalação de novos GE's), do N.R.P. "D. Carlos I" (envolvendo a modernização e alterações significativas, à semelhança do já efectuado no N.R.P. "Gago Coutinho"), do N.R.P. "Cisne" e do N.R.P. "Cassiopeia"; e às quais se juntaram as intervenções nos navios "AROEIRA" e "MADRAGOA", da TRANSTEJO e "JORGE DE SENA" da SOFLUSA.



N.R.P. "D. Carlos I"

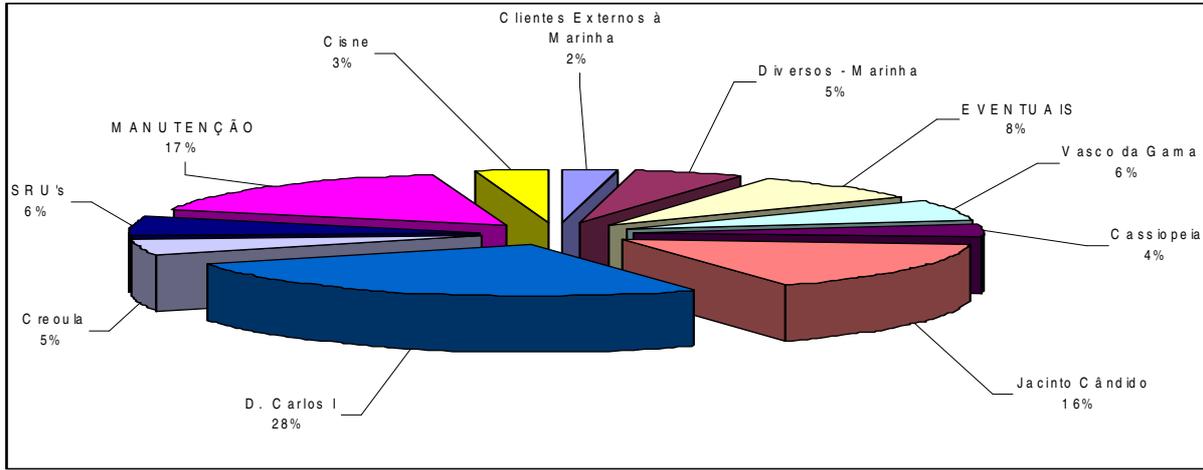


"Madragoa"

Refira-se o elevado número de EVENTUAIS e SRU's (Trabalhos Urgentes) realizados e que, no conjunto, representaram 14% da mão-de-obra utilizada ao longo do período.

Saliente-se que, após a conclusão das intervenções no N.R.P. "Vasco da Gama" e no N.R.P. "Jacinto Cândido", se verificou uma quebra acentuada da actividade do estaleiro, dada a falta de trabalho, em consequência das restrições orçamentais na Marinha e do consequente adiamento de acções de manutenção programada. Esse período foi aproveitado para, de forma intensiva, proceder a trabalhos de manutenção preventiva e correctiva dos equipamentos e infra-estruturas do estaleiro.

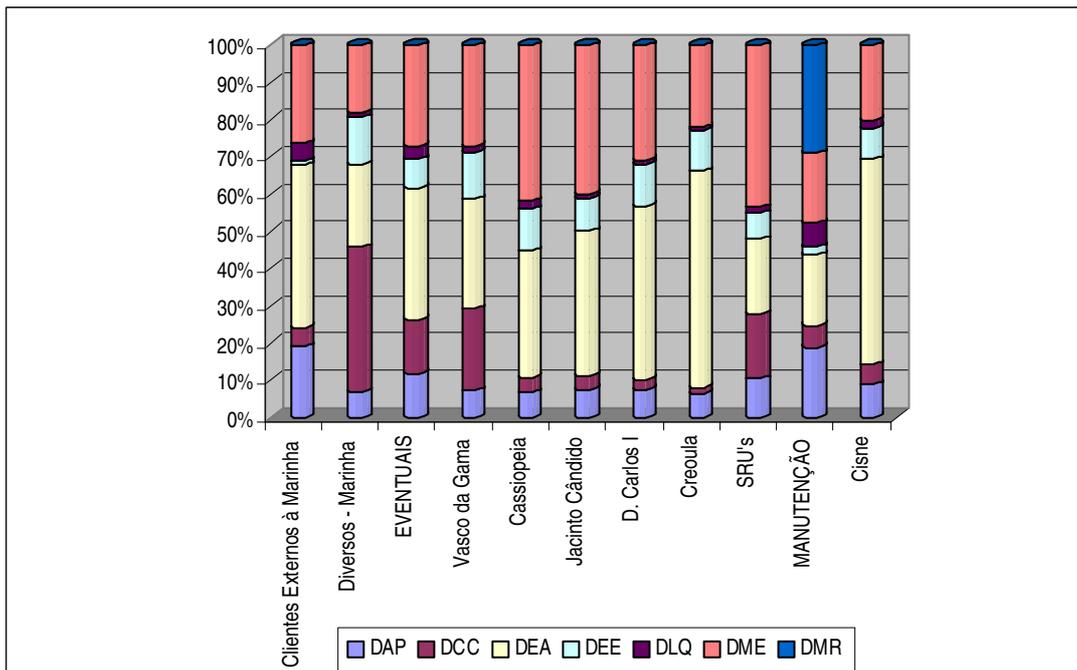
Ao longo do período em apreciação, os recursos humanos utilizados distribuíram-se pelos diversos projectos, de acordo com o gráfico seguinte:



O item "Clientes Externos à Marinha" designa o conjunto dos trabalhos correspondentes às actividades relacionadas com as intervenções nos navios "AROEIRA", "MADRAGOA", "JORGE DE SENA" e outros trabalhos realizados para clientes não militares. O item "Diversos - Marinha" corresponde ao conjunto dos

trabalhos realizados para a Marinha, de valor unitário inferior a 20 000€.

A actividade dos diversos serviços (áreas tecnológicas), agrupados em Divisões, dividiu-se pelos projectos indicados, da forma que o gráfico seguinte pretende resumir:



Em 2010, e através do Gabinete de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (GQS), iniciaram-se os trabalhos conducentes à implementação dos Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) e de Gestão Ambiental (SGA), para constituir, com o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade,

Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho (SIGQAS).

No que respeita ao SGQ, foi mantida a melhoria contínua com a actualização de diversos Procedimentos e Instruções de Trabalho, sendo de destacar o sucesso obtido na auditoria de renovação da certificação realizada pela APCER em Outubro.

O SGQ da Arsenal do Alfeite, S.A. continua certificado em conformidade com a norma NP EN ISO 9001:2008 com validade até 2013.

### **CONTRATO DE CONCESSÃO**

O ano de 2010 já permite uma primeira análise sobre a execução do contrato celebrado em 01 de Setembro de 2009 entre o Estado Português e a Arsenal do Alfeite, S.A., assim como a inserção da empresa no universo das Indústrias de Defesa Nacionais, EMPORDEF, SGPS.

De uma maneira geral, a Arsenal do Alfeite, S.A. honrou o compromisso assumido no objecto e regime da concessão, tendo a actividade desenvolvida sido essencial à garantia de operacionalidade das unidades navais da Marinha. Paralelamente, foi iniciada a diversificação no mercado com actividades complementares ou acessórias na manutenção de embarcações e navios não militares, manutenção industrial, estudos e projectos e serviços de laboratórios.

Embora a situação da empresa se tenha mantido equilibrada, tanto do ponto de vista económico como financeiro, as restrições económicas na Marinha estão a ter impacto na actividade da empresa com uma redução na conta de exploração orçamental, face ao previsto no estudo económico-financeiro, constante do anexo V do Contrato de Concessão.

Não abrangendo o Contrato de Concessão o ressarcimento dos custos da disponibilidade dos recursos afectos às competências Tecnológicas (únicas) que obriga a Arsenal do Alfeite, S.A. a disponibilizar, nem tão

pouco estabelecendo um valor mínimo obrigatório de serviços a prestar à Marinha, encontra-se a empresa em elevado risco de incumprimento do Contrato num futuro próximo (2011, 2012).

Quanto ao plano de investimentos previsto no Contrato, verificou-se a necessidade de o reformular em virtude das restrições financeiras inerentes ao Plano de Estabilidade e Crescimento e da política designada de *cash pooling*, que atingiu o montante de 15 M€ em 2010 (cerca de 50% do capital social), decidida pelo accionista para fazer face à situação económico-financeira dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o que tem sido um elemento perturbador do funcionamento da actividade da Arsenal do Alfeite, S.A., obrigando ao adiamento de investimentos e protelamento da criação de situações que permitam a execução dos trabalhos de reparação em condições económicas e de melhor produtividade.

Em 29 de Dezembro de 2010 foi assinado o acordo entre o Estado Português, a Marinha e a Arsenal do Alfeite, S.A., a que se refere o n.º 8 da cláusula 5.ª do Contrato de Concessão, o qual define os termos e as condições gerais da prestação da actividade concessionada.

Decorreu a elaboração dos acordos específicos, a celebrar entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Marinha, durante o ano de 2011, nomeadamente a utilização pela concessionária de áreas, infra-estruturas e serviços da Marinha, bem como a prestação de serviço por militares da Marinha na concessionária.



**GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

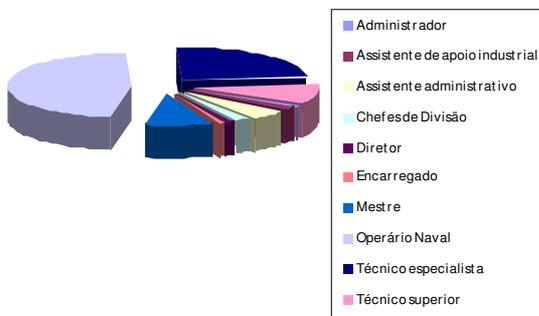
A Arsenal do Alfeite, S.A. iniciou o ano de 2010 com um efectivo de 683 pessoas. Em virtude de uma política de admissões restritiva e do elevado número de saídas voluntárias regista-do, assinala-se uma

redução significativa do referido efectivo ao longo do ano, cifrando-se em 638 em 31 de Dezembro de 2010, com a seguinte distribuição por vínculo:

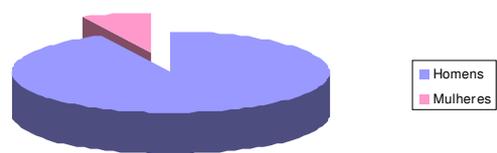
<i>Comissão de serviço</i>	6
Acordo de cedência de interesse público (serviço)	571 (13 em comissão de serviço)
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	21
<i>Contrato de trabalho por tempo indeterminado</i>	19
<i>Contrato de trabalho a termo certo</i>	21

A população caracteriza-se pela sua natureza industrial e por ser maioritariamente masculina, conforme ilustram os gráficos seguintes:

**Distribuição por Categoria**

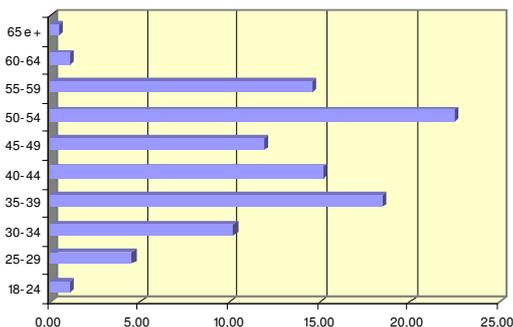


**Distribuição por Sexos**

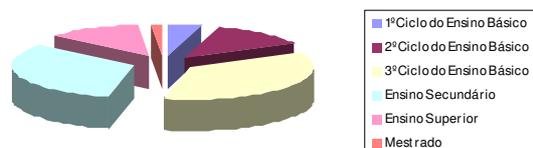


A idade média situa-se nos 44,5 anos e a estrutura habilitacional revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade igual ou superior ao terceiro ciclo do ensino básico.

**Estrutura Etária**



**Habilitações Literárias**



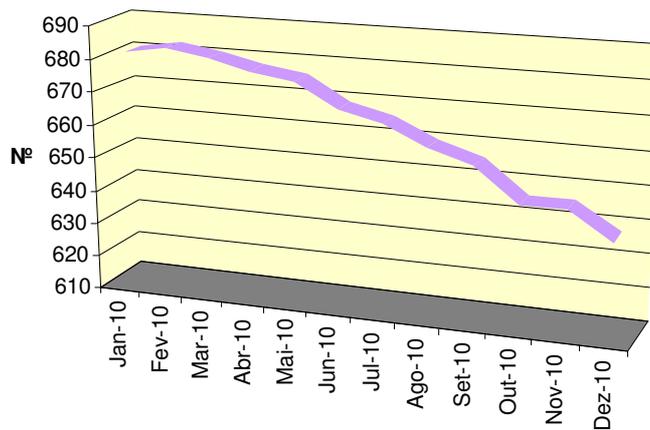
Em 2010 registou-se um absentismo moderado, sendo o índice de ausência de 5,6%.

A rotação externa foi elevada, de cerca de 4%, tendo em conta o elevado número de saídas (49 no ano em análise).

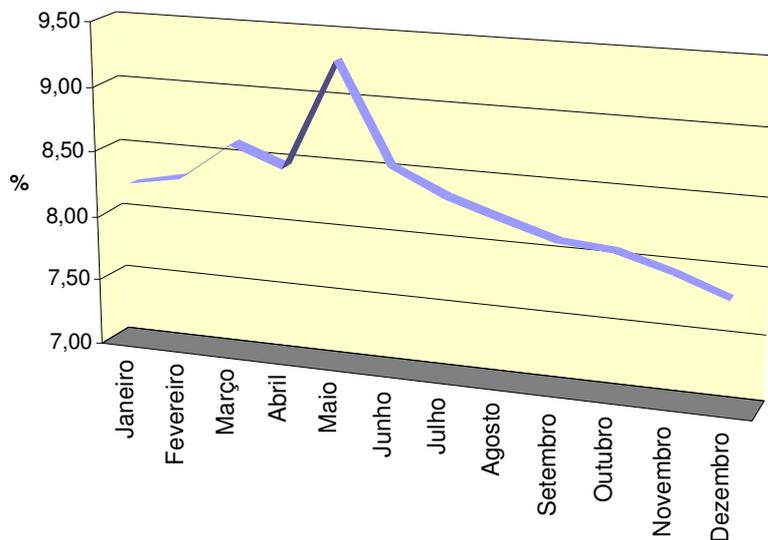
A política salarial subordinou-se às orientações do governo sobre esta matéria,

não tendo sido negociadas actualizações salariais. A gestão de carreiras foi adequada às necessidades de desenvolvimento e fixação dos recursos humanos, caracterizando-se o ano de 2010 pela progressiva diminuição do efectivo e dos encargos com remunerações permanentes.

**Evolução do Efectivo**



**Evolução dos Custos Remuneratórios**



Em 2010, continuaram os trabalhos de actualização iniciados no ano anterior das normas que constituem o *regulamento interno de empresa*. Procura-se, por esta via, regular as condições de prestação de trabalho e as relações laborais segundo critérios de eficiência e transparência que

promovam uma correcta aplicação e manutenção dos recursos humanos e, ainda, dar cumprimento ao que estabelece a alínea a) do nº 2 da cláusula 12º do Contrato de Concessão.

Igualmente em cumprimento do Contrato de Concessão, neste caso do nº 2 da sua

cláusula 4ª, foi apresentado ao Gabinete Nacional de Segurança o processo de credenciação de segurança da empresa e do pessoal que tem acesso a matéria classificada, obtendo-se autorização de

### **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Assumindo que o reforço da formação profissional enquanto factor potenciador da qualificação dos trabalhadores é determinante para o aumento da produtividade, executou-se o plano de formação para 2010, ajustado às disponibilidades e necessidades da empresa. As fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna, à formação externa e à formação ministrada nas escolas da Marinha, desde o levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:

Número de acções de formação  
frequentadas

**114**

Número de horas de formação ministradas

**9184**

Número de participantes

**516**

O Serviço de Formação e Desenvolvimento acolheu e respondeu pela formação prática de cinco cursos no âmbito do Sistema de Aprendizagem e de Educação e Formação de Jovens, da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional, na seguinte conformidade:

Técnico de Electrónica/Telecomunicações (nível III)	11 formandos
Técnico de Electrónica/Computadores (nível III)	10 formandos

abertura de posto de controlo de estabelecimento industrial e a credenciação de segurança industrial, nos graus *Nato Secret*, *Secreto* e *Secret U.E.*

Técnico de Manutenção Industrial/ Mecatrónica (nível III)	11 formandos
Técnico de Electrónica/Equipamentos (nível III)	10 formandos
Serralheiro de Construções de Estruturas Metálicas (nível II)	11 formandos

No âmbito do protocolo de cooperação entre o Ministério da Educação, a Escola Secundária da Amora e a Arsenal do Alfeite, S.A., manteve-se em funcionamento no Serviço de Formação e Desenvolvimento o Ensino Recorrente por Módulos Capitalizáveis de nível secundário no ano lectivo de 2009/2010, tendo sido frequentado por 140 alunos, maioritariamente pessoal da Marinha pertencente às unidades sediadas na área do Alfeite. O referido ensino reabriu para o ano lectivo de 2010/2011, com 93 alunos, acrescentando-lhe o curso *EFA - Novas Oportunidades*.

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A., proporcionou a realização de estágios em contexto de trabalho a 24 estudantes, sendo 13 da Escola Naval e os restantes de cursos profissionais.

### **ACÇÃO SOCIAL**

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa, realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores consubstanciado no protocolo celebrado

entre o IASFA, a Marinha e a Arsenal do Alfeite, S.A., regulador da frequência do berçário, creche e jardim de infância do Centro de Apoio Social do Alfeite. Beneficiaram do referido protocolo os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 5 anos, nos seguintes quantitativos:

*Ano lectivo de 2009/2010 – 46 crianças*

*Ano lectivo de 2010/2011 – 35 crianças*

Igualmente dirigida aos filhos dos trabalhadores, foi organizada e realizada uma colónia de férias durante o mês de Julho, abrangendo 65 crianças e jovens entre os 6 e os 15 anos.

A acção social desenvolveu-se, ainda, nas áreas do desporto (torneios de *futsal* e de pesca), do lazer (passeio de *BTT* na Arrábida) e da cultura, (diversos programas de teatro com preços reduzidos).

Foram desenvolvidas iniciativas de solidariedade com a comunidade, realçando-se a organização dentro da empresa de 4 recolhas de sangue pelo Instituto Português do Sangue que totalizaram 211 dádivas, a que acrescem 41 colheitas para a base de dadores de medula ósea. Destaca-se, também, a participação no programa de recolha de tampinhas, do qual resultou a entrega de uma cadeira de rodas à filha de um trabalhador da Arsenal do Alfeite, S.A, em cerimónia realizada no dia 8 de Abril de 2010.

### **SAÚDE NO TRABALHO**

A actividade obrigatória de saúde no trabalho é desenvolvida através de serviço interno. Este, garante as funções específicas de medicina do trabalho, de

vigilância e promoção da saúde, e a prestação de primeiros socorros, garantindo assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito conta com os serviços de um médico do trabalho e de enfermeiros durante o período normal de laboração.



## CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública vertido no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Estando sujeita ao mencionado regime legal, encontra-se qualquer aquisição, seja ela de bens ou serviços, bem como qualquer empreitada, submetida às regras aplicáveis aos procedimentos para a formação de contratos nele previstos.

Durante o ano de 2010, foram efectuadas 4.793 requisições ao mercado, das quais cerca de 75% correspondem a aquisição de bens e 25% a aquisição de serviços.

Em virtude da actividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios intervencionados, 84% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adoptado foi o "Ajuste Directo Simplificado".

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	4.046	84%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	600	13%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	127	3%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	9	0%
Superior ou igual a 100.000€	11	0%
	<u>4.793</u>	<u>100%</u>

Durante o ano de 2010, os procedimentos de aquisição de bens e serviços mais relevantes foram:

- Aquisição de projecto de execução para remodelação do edifício do refeitório geral – concurso público;
- Aquisição de estrutura para ensaio de mastros içáveis – concurso público;
- Aquisição de fornecimento de refeições e serviço de bar - concurso público;
- Aquisição de serviços de recolha de resíduos - concurso público;
- Aquisição de preparação e tratamento de superfícies para os navios em reparação no estaleiro - concurso público;
- Aquisição de serviços de limpeza gerais e nas oficinas - concurso público;
- Aquisição de serviços de limpeza nos navios em reparação no estaleiro - concurso público;
- Aquisição de seguros - concurso público, e
- Aquisição de serviço de vigilância - concurso público.

Salienta-se que a empresa participou num concurso público elaborado por um agrupamento de Entidades Adjudicantes, cujo representante foi a Base Naval de Lisboa (Marinha Portuguesa), para a realização da empreitada de dragagem para a área da Base Naval de Lisboa na Bacia de Manobra, Cais e Canal de Acesso ao Alfeite, Instalações Navais da Azinheira, Canal de Coia e Arsenal do Alfeite.

Nos termos do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de Maio, não foram efectuados pela empresa, contratos de prestação de serviços de consultoria técnica com valor superior a 125.000,00€.

No decorrer do exercício de 2010, foram ainda efectuados esforços de racionalização dos custos com os fornecimentos e serviços externos através da renegociação de

contratos e lançamento de concursos públicos. Nesta sede, salientam-se os seguintes resultados obtidos:

- Aquisição de seguro no ramo de acidentes de trabalho, passando de 279.000€ para 183.000€ (-35%);
- Aquisição de serviço de limpeza, de 180.000€ para 145.000€ (-20%);
- Aquisição de serviço de vigilância, de 130.000€ para 99.600€ (-23%), e
- Negociação do fornecimento de Gás Natural com um comercializador em regime de mercado livre, antecipando a entrada em vigor desse regime, contratualizando-se para o ano de 2011 o “preço da energia” (uma das componentes do preço do Gás Natural) constante, sem indexação à evolução do *Brent* e da cotação USD/EUR.



## DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Com o intuito de dar cumprimento aos deveres de prestação de informação das entidades públicas reclassificadas no perímetro das administrações públicas na óptica da contabilidade nacional, definidos de acordo com o artigo 58º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, a Arsenal do Alfeite, S.A. presta as seguintes informações à Direcção-Geral do Orçamento:

- a) mensalmente, até ao dia 15 do mês seguinte ao qual a informação se reporta, o balancete analítico mensal;
- b) trimestralmente, até ao dia 15 do mês seguinte ao qual a informação

se reporta, o balanço previsional anual do ano corrente;

- c) na data a indicar na circular de preparação do Orçamento do Estado, a demonstração financeira previsional para o ano em curso e seguinte;
- d) até 28 de Fevereiro do ano seguinte àquele a que os documentos se reportam, a estimativa do balanço e da demonstração de resultados.



**GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO**

<b>Gestão de risco financeiro – Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01</b>	<b>CUMPRIDO</b>			<b>Descrição</b>
	<b>S</b>	<b>N</b>	<b>N.A.</b>	
<b>Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva</b>				
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	
Diversificação de entidades credoras			X	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	
<b>Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes</b>				
Consolidação do passivo remunerado: transformação do passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro ( <i>all-in-cost</i> ) da operação			X	
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas ( <i>covenants</i> )			X	
<b>Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa</b>				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social / empresarial, beneficiam de FC e de CP			X	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	
<b>Inclusão nos R&amp;C</b>				
Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos			X	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X	
<b>Reflexão nas DF 2009 com efeito das variações do justo valor dos contratos de <i>swap</i> em carteira</b>				

Legenda:

FC – Fundos Comunitários | CP – Capital Próprio

S – Sim | N – Não | N.A. – Não Aplicável



**LIMITES DE ENDIVIDAMENTO**

Não aplicável.



## **PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO**

No âmbito do aprofundamento da unidade de tesouraria do Estado e no conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), alargou-se a aplicação do princípio da unidade de tesouraria a todas as entidades do sector empresarial do Estado (cfr. artigo 17º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho), solução que se reforça no artigo 77º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprova Orçamento do Estado para 2011, exceptuando-se, apenas, as entidades financeiras.

Face ao enquadramento normativo existente, e à semelhança dos serviços e fundos autónomos (da Administração Central do Estado), devem estas empresas manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras em contas do Tesouro no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P., sendo-lhes, para esse efeito, aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho.

Verificou-se, contudo, que o normativo existente suscita dificuldades de interpretação que se reflectem na sua

aplicação pois, além de essencialmente orientado para os serviços e fundos autónomos, ou seja, para o sector público administrativo, é claramente insuficiente no que concerne às empresas públicas não financeiras, designadamente empresas com a natureza jurídica da Arsenal do Alfeite, S.A..

Assim sendo, e apesar das diligências efectuadas junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P., no sentido do cumprimento do princípio correspondente, as dúvidas da Arsenal do Alfeite, S.A. foram suscitadas junto daquele Instituto e de outras entidades, como a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, o Tribunal de Contas e até o Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, a fim de promover uma análise crítica, bem como o esclarecimento, das mesmas e tendo subjacente as sociedades comerciais que compõem o sector empresarial do Estado, entendendo-se fulcral a distinção entre a gestão corrente e a aplicação de excedentes.



## PERSPECTIVAS FUTURAS

As perspectivas futuras não se apresentam animadoras face à situação da economia do País, cujos indicadores são extremamente preocupantes. Esta situação agudiza as dificuldades para encontrar as alternativas que permitam encarar o futuro próximo de forma positiva.

As restrições governamentais, decorrentes do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) e demais medidas adicionais de consolidação orçamental, conduzem directamente à retracção no nível de actividade de manutenção e reparação solicitado pela Marinha para os seus meios navais, com repercussão imediata no desemprego da capacidade disponibilizada pela Arsenal do Alfeite, S.A. e, por outro lado, limitam, definitivamente, a capacidade de investimento na criação de condições indispensáveis à infra-estrutura, para abordar, sobretudo, o mercado da reparação naval não militar, além de outros, como o da indústria, o do projecto naval e o dos testes laboratoriais.

No sentido de atenuar os efeitos resultantes da situação atrás referida, tem a empresa dado especial atenção às seguintes alternativas:

a) a possibilidade de utilização das docas da NAVALROCHA, na sequência da proposta de aquisição das participações dos actuais accionistas apresentada em 2010, a qual aguarda deferimento e que permitirá

dar satisfação às oportunidades que se apresentem, de clientes do mercado naval não militar, apresentando-se como a forma mais acessível, em custo e em prazo, de compensar, ainda que parcialmente, a redução da actividade da Marinha;

b) a possibilidade de dar resposta, na área de projecto/construção naval, às necessidades de outros estaleiros nacionais e também às necessidades de unidades salva-vidas, de fiscalização e segurança, de combate a incêndios, de pilotagem e de transporte de pessoal, etc., que têm vindo a ser detectadas nos mercados civis e/ou militares, de *off-shore* do Brasil, dos Palop e do Norte de África, em parcerias com outros estaleiros nacionais e fabricantes de equipamentos.

Com o empenho, esforço e dedicação de todo o efectivo da Arsenal do Alfeite, S.A., acredita-se que as dificuldades dos próximos anos serão superadas.



## ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Empresa iniciou a sua actividade no dia 1 de Setembro de 2009. Assim sendo, as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2009 reflectem 4 meses de actividade.

Face ao exposto, as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2010 não são comparáveis com as do exercício anterior.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

### Situação Económica

	2010	2009
Resultado Líquido	<b>2,77</b>	<b>0,79</b>
Resultado operacional/rendimentos operacionais	11,0%	5,8%
Resultado líquido/rendimentos operacionais	9,3%	6,7%
Resultado líquido/capital próprio	2,2%	0,7%

A AA, S.A. encerrou o exercício de 2010 com um resultado líquido de 2,77 milhões de euros, correspondente a uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 9,3%, a uma rentabilidade do capital próprio de 2,2%.

A actividade operacional da empresa, durante o ano de 2010, foi condicionada pela conjuntura económica e financeira, nacional e internacional, bem como pela implementação das medidas estabelecidas no programa de estabilidade e crescimento 2010/2013 e na Lei nº.12-A/2010, de 30 de Junho.

	2010	2009
Rendimentos operacionais	29,92	11,93
Gastos operacionais	26,62	11,23
<b>Resultado Operacional</b>	<b>3,29</b>	<b>0,70</b>

O resultado operacional do período ascendeu a 3,29 milhões de euros.

	2010	2009
Vendas	0,64	0,45
Prestação de serviços	26,24	10,49
Outros rendimentos e ganhos	3,03	1,00
Rendimentos operacionais	29,92	11,93

A prestação de serviços, rubrica dominante ao nível dos rendimentos operacionais - 26,2 milhões de euros - integra os serviços de reparação naval prestados ao principal cliente (Marinha Portuguesa), que representam cerca de 92% dos rendimentos operacionais do ano de 2010.

A rubrica Outros rendimentos e ganhos reflecte o subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de activos não correntes -

2,9 milhões de euros. O subsídio não monetário é imputado numa base sistemática como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona.

	2010	2009
CMVMC	2,28	0,85
FSE	4,73	1,92
Gastos com Pessoal	16,35	7,49
Imparidade	0,22	
Outros Gastos e Perdas	0,07	0,00
Depreciações	2,97	0,97
Gastos Operacionais	26,62	11,23

Os gastos com fornecimentos e serviços externos - 4,7 milhões de euros e os gastos com pessoal - 16,3 milhões de euros, que detêm tradicionalmente um peso decisivo na estrutura de gastos, corresponderam a 84% dos gastos operacionais.

As depreciações reflectem a utilização dos bens cedidos à Arsenal do Alfeite S.A., que à data de 31 de Dezembro de 2010 ascenderam a 2,9 milhões de euros.

Os ganhos associados à aplicação de excedentes de tesouraria (81% do total dos ganhos financeiros) constituíram a principal componente dos resultados financeiros que à data de 31 de Dezembro ascenderam a 0,5 milhões de euros.

#### Situação Financeira e Patrimonial

	2010	2009
Activo não corrente	93,97	94,29
Activo corrente	38,80	23,71
<b>Total do Activo</b>	<b>132,77</b>	<b>118,00</b>

	2010	2009
Capital próprio	127,06	111,05
Passivos correntes	5,70	6,95
<b>Total do Passivo</b>	<b>132,77</b>	<b>118,00</b>

O total do activo líquido em 31 de Dezembro de 2010 era de 53,35 milhões de euros, tendo registado um aumento de 44% em relação a 31 Dezembro de 2009, essencialmente em resultado: (i) do aumento do investimento realizado - 2,5 milhões de euros; (ii) da realização de 50% do capital social - 16,2 milhões e (iii) do empréstimo concedido à Empordef SGPS S.A., - 15,5 milhões de euros.

O aumento do investimento realizado pela empresa no exercício de 2010 foi orientado prioritariamente para o reforço das infra-estruturas produtivas. Os investimentos mais relevantes foram: (i) empreitadas de remodelação nos edifícios da AA, S.A.; (ii) empreitada de

dragagem e (iii) aquisição do projecto de ampliação e aprofundamento do cais do molhe leste, reconversão do plano inclinado e reconstrução das pontes cais.

O total dos capitais próprios alcançou 127,06 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 58% em relação a 31 de Dezembro de 2009, originado pela realização de 50% do capital social - 16,2 milhões e pelo acréscimo do resultado líquido do exercício.

A autonomia financeira passou de 94,11% em 31 de Dezembro de 2009 para 95,70% em 31 de Dezembro de 2010, registando um acréscimo de 1,59%.

	2010	2009
Autonomia financeira	95,70%	94,11%
Rentabilidade do Investimento	2,09%	0,67%
Prazo médio de recebimentos (meses)	1,98	1,23
Prazo médio de Pagamentos (meses)	1,15	4,10



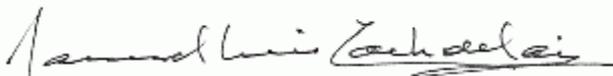
**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Nos termos do artigo 23º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração propõe a distribuição do Resultado Líquido de EUR 2.771.892,37 da seguinte forma:

Reserva Legal (5%)	138.594,62
Gratificações de Balanço aos Empregados (5%)	138.594,62 *
Dividendos (25%)	692.973,09
Resultados Transitados (65%)	1.801.730,04
Resultado Líquido	<u>2.771.892,37</u>

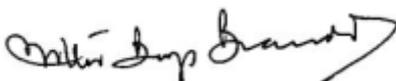
O Conselho de Administração

Presidente



Manuel Luís Carlos da Maia

Administrador



Victor Maria Lima Borges Brandão

Administrador



José Miguel Antunes Fernandes

\*Posteriormente à data de elaboração do Relatório a Assembleia Geral de 31 de Março de 2011, deliberou a integração do valor proposto, referente às Gratificações de Balanço aos empregados, na rubrica Resultados Transitados, atendendo aos motivos que constam na Acta da mesma Assembleia Geral.

**PARTE II – GOVERNO DA SOCIEDADE**  
**MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS**

## **MISSÃO**

A Arsenal do Alfeite, S.A., tendo como principal missão satisfazer as necessidades de reparação e manutenção dos meios navais da Marinha Portuguesa, continuou empenhada na manutenção das capacidades a esse fim destinadas, sendo tal empenho evidenciado no contínuo investimento em formação dos seus técnicos, na execução do Plano de Investimentos em equipamentos e infra-estruturas e no compromisso de melhoria contínua dos seus processos e da organização, sendo este intrínseco à manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) em conformidade com a norma NP EN ISO 9001.

## **OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS**

No sentido de manter e desenvolver as competências tecnológicas necessárias às intervenções nos sistemas e equipamentos instalados nos actuais e futuros meios da Marinha, a Arsenal do Alfeite, S.A. manteve um programa abrangente de formação dos seus técnicos.

O redimensionamento das capacidades a disponibilizar constituiu preocupação da gestão, manifestada na implementação do Plano de Renovação das Infra-estruturas em coordenação com o Plano de Investimentos.

Para a promoção, a prazo, da criação de condições que permitam implementar a actividade de construção naval, foi realizado um estudo de alternativas viáveis para o desenvolvimento desta actividade.

## **OBJECTIVOS 2010**

Para garantir a satisfação dos clientes com os serviços prestados e produtos fornecidos, no que se refere à qualidade, ao custo competitivo e à assistência técnica sempre disponível, a Arsenal do Alfeite, S.A. tem no seu Sistema de Gestão da Qualidade um processo para medir a satisfação dos clientes através de inquéritos, tendo obtido, nas respostas referentes às últimas intervenções, avaliações satisfatórias. O rigor na orçamentação e no planeamento das suas actividades concorre também para garantir a satisfação dos clientes.

No sentido de dar ênfase à sólida experiência e reputação de um passado de sucesso em complexos programas para a Marinha Portuguesa, à elevada competência técnica do pessoal, ao contínuo investimento em formação, às capacidades nas áreas de armamento e da electrónica, à possibilidade de manter e reparar submarinos, e ainda possibilitar a satisfação das necessidades na área de Apoio Logístico Integrado, a Arsenal do Alfeite, S.A. manteve, como já foi referido, um programa abrangente de formação dos seus técnicos.

Para manter as relações de confiança mútua, numa perspectiva de longo prazo, com clientes e fornecedores, a Arsenal do Alfeite, S.A. tem identificados no seu SGQ, processos de avaliação da satisfação do cliente e de avaliação dos fornecedores.

No sentido de conseguir uma boa visibilidade no mercado nacional e internacional, foram desenvolvidas diversas acções de marketing durante o ano, com visitas a armadores, convites para visitas ao estaleiro, participação em congressos e seminários da especialidade, etc..

Tendo em vista a explorar permanentemente novas oportunidades de negócio, foram desenvolvidos contactos com potenciais novos clientes, tendo sido obtidos novos contratos.

Foram feitos esforços no sentido de conseguir uma força de vendas altamente profissionalizada, nomeadamente com o reforço da equipa de vendas por técnicos superiores oriundos de outra áreas.

A Arsenal do Alfeite, S.A. assegura a operacionalidade dos meios de produção com um Plano de Manutenção Anual das Infra-estruturas e tem, em fase de implementação, um Plano de Renovação das Infra-estruturas.

Com o objectivo de melhorar a segurança no trabalho, a Arsenal do Alfeite, SA está a implementar o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. Foi, ainda, feito ao longo do ano um forte investimento no sentido de seleccionar e adquirir equipamentos de protecção individual (EPI) adequados às funções dos trabalhadores.

No sentido de reduzir os danos ambientais, foram desenvolvidas diversas acções para melhorar a gestão de resíduos. Está em fase de contratação um levantamento

ambiental para determinar o ponto de situação da organização em relação aos aspectos ambientais e determinar eventuais acções correctivas.

## **POLÍTICA DA QUALIDADE**

O cumprimento dos compromissos assumidos na Política da Qualidade é assegurado pelo pleno funcionamento dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade.

A motivação e envolvimento dos trabalhadores é assegurada com um processo de comunicação interna eficaz, onde não falta uma "Newsletter" para divulgar assuntos de interesse geral e da organização, e com um completo plano de formação que contribui não só para aumentar a eficiência e a competência como a satisfação profissional.

A melhoria contínua da estrutura, da organização, dos processos e dos meios para o cumprimento da missão e dos objectivos continua a ser assegurada, como atrás referido, por diversas "ferramentas" enquadradas nos processos da qualidade, tais como o Plano de Manutenção Anual, o Plano Anual de Formação, o Programa de Auditorias Internas, a identificação de não conformidades e acções correctivas e preventivas, etc..

Foram realizadas 12 auditorias internas da qualidade, registadas 112 fichas de acções correctivas e 10 de acções preventivas, e identificadas 39 oportunidades de melhoria que resultaram em 30 acções de melhoria.

**PARTE II – GOVERNO DA SOCIEDADE**

**REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS**

**REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS**

Os principais normativos internos que vigoram na Arsenal do Alfeite, S.A. são os seguintes:

<b>NORMAS INTERNAS</b>	<b>DATA DE APROVAÇÃO</b>
Regulamento de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	06.12.2010
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas	19.11.2010
Regulamento de Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas	01.10.2010
Estrutura Orgânica da Arsenal do Alfeite, S.A., Missão, Atribuições e Responsabilidades das Unidades Orgânicas	03.09.2010
Regulamento de Faltas, Créditos de Horas e Licenças	28.06.2010
Regulamento de Carreiras e Avaliação do Desempenho	19.05.2010
Regulamento de Fardamento	26.04.2010
Regulamento de Férias	26.02.2010
Regulamento de Duração e Organização do Trabalho	26.01.2010
Código de Conduta	14.12.2009
Regulamento Retributivo	17.11.2009
Informação sobre os direitos dos trabalhadores em matéria de igualdade e não discriminação	19.10.2009

Os principais normativos externos que vigoram na Arsenal do Alfeite, S.A. são os seguintes:

<b>NORMAS EXTERNAS</b>	<b>ASSUNTOS</b>
Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho	Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)
Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010, de 12 de Abril	Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2009, de 27 de Agosto de 2009	Aprova a minuta do contrato de concessão a celebrar entre o Estado Português e a Arsenal do Alfeite, S.A., nos termos do n.º 7 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de Fevereiro
Despacho n.º 5696-A/2010, de 29 de Março	Remunerações – sector empresarial do Estado
Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril	Despacho – Monitorização (PMP)
Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro	Aprova a revisão do Código do Trabalho
Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de Fevereiro	Aprova os Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A.
Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de Julho de 2009	Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas
Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio	Prestação de informação das empresas públicas à Inspeção-Geral de Finanças e Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril	Aprova as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado
Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro	Aprova o programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado Programa Pagar a Tempo e Horas
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro	Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo
Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março	Aprova os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado
Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março	Aprova o novo estatuto do gestor público
Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro	Estabelece o regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas
Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro	Aprova o Código das Sociedades Comerciais

**PARTE II – GOVERNO DA SOCIEDADE**

**TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

**TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da empresa era integralmente detido pela EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A..

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

<b>Entidade</b>	<b>Contas a receber correntes</b>	<b>Contas a pagar correntes</b>	<b>Serviços obtidos</b>	<b>Serviços prestados</b>	<b>Juros debitados</b>
EID-Emp. de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	-	-	2.220,84	-	-
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A.	15.580.333,34	7.873,21	6.761,81	-	99.865,76
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	216.000,00	6.405,46	252,04	180.000,00	-
IDD-Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	-	52,94	1.854,98	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	-	-	88.559,60	1.720,00	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	-	-	-	19.045,00	-
	<u>15.796.333,34</u>	<u>14.331,61</u>	<u>99.649,27</u>	<u>200.765,00</u>	<u>99.865,76</u>

**PARTE II – GOVERNO DA SOCIEDADE**

**OUTRAS TRANSACÇÕES**

**OUTRAS TRANSACÇÕES**

Os procedimentos adoptados cumpriram o disposto no Código dos Contratos Públicos em matéria de aquisição de bens e serviços, não tendo existido transacções fora das condições de mercado.

No ano de 2010, foi celebrado um contrato com a empresa M. Couto Alves, SA para a realização da empreitada de dragagem para a área da Base Naval de Lisboa na Bacia de Manobra, Cais e Canal de Acesso ao Alfeite,

Instalações Navais da Azinheira, Canal de Coina e Arsenal do Alfeite, no âmbito de um Concurso Público elaborado por um agrupamento de Entidades Adjudicantes, cujo representante foi a Base Naval de Lisboa (Marinha Portuguesa).

O encargo da Arsenal do Alfeite S.A., na referida empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, ascendeu a cerca de 1.7 M€.

**PARTE II – GOVERNO DA SOCIEDADE**

**MODELO DE GOVERNO E MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

**MODELO DE GOVERNO E MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS****MODELO DE GOVERNO****MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente	Rui Filipe Moura Gomes
Secretário	Alexandra Maria Brito Carvalho

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente	Manuel Luís Carlos da Maia
Vogal	Victor Maria Lima Borges Brandão
Vogal	José Miguel Antunes Fernandes

**FISCAL ÚNICO**

Abreu & Cipriano, Auditores, SROC	Inscrição na OROC n.º 119 Representada por João Amaro Santos Cipriano, ROC n.º 631
-----------------------------------	--

**ÁREAS DE RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente, Manuel Luís Carlos da Maia	Representação externa
Vogal, Victor Maria Lima Borges Brandão	Produção (DP), Comercial (DC), Estudos e Projectos (GEP), Qualidade, Segurança e Ambiente (GQS)
Vogal, José Miguel Antunes Fernandes	Financeira (DF), Pessoal (DH), Jurídica (GAJ) e Documental (CD)

\* A distribuição das áreas de responsabilidade, conforme apresentadas, corresponde à deliberação do CA de 26 de Agosto de 2009 (cfr. acta n.º 19).

\*\* Por deliberação do CA de 07 de Julho de 2010 (cfr. acta n.º 32), a área do Pessoal foi transferida para a responsabilidade do Presidente.

\*\*\* Por deliberação do CA de 20 de Setembro de 2010 (cfr. acta n.º 33) foi revogada a deliberação de 26 de Agosto de 2009, passando as áreas de responsabilidade a ser assumidas pelo colectivo do conselho de administração.

De acordo com os estatutos da empresa, o conselho de administração reúne, pelo menos, uma vez por mês e reúne extraordinariamente sempre que convocado pelo respectivo presidente por sua iniciativa ou a pedido formulado por escrito de, pelo menos, dois administradores.

As deliberações do conselho de administração são tomadas por maioria simples dos administradores presentes ou

representados, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate.

Em 2010, o conselho de administração reuniu e deliberou nos termos explicitados, constando todas as suas deliberações das respectivas actas.

## ESTRUTURA DE GESTÃO

António Castro Figueiredo	Direcção de Engenharia e Produção
Carla Curado	Direcção Financeira
Cristina Fernandes	Direcção de Recursos Humanos
Reis Gonçalves	Direcção Comercial e de Gestão de Projectos
Luís Alves	Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação
Manuela Pinto Ana Cristina Carvalho	Gabinete de Assuntos Jurídicos e Documentais
Paulo Martins	Gabinete de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança
Paulo Pinheiro	Gabinete de Estudos e Projectos

**PARTE II – GOVERNO DA SOCIEDADE**

**REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

## REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 2010 as remunerações dos membros do conselho de administração foram as seguintes:

	<b>Manuel da Maia</b>	<b>Victor Brandão</b>	<b>Miguel Fernandes</b>	<b>Total</b>
	Presidente	Vogal	Vogal	
<b>1. Remuneração</b>				
1.1. Remuneração base/fixa	92.400,00	78.540,00	78.540,00	249.480,00
1.2. Redução da Lei 12-A (30/06/2010)	-2.640,00	-2.244,00	-2.244,00	-7.128,00
1.3. Prémios de Gestão	-	-	-	-
1.4. IHT (Sub. De insção de horário de trabalho)	-	-	-	-
<b>2. Outras regalias e compensações</b>				
2.1. Gastos na utilização de Telefones	141,42	491,14	495,40	1.127,96
2.2. Valor de aquisição/renda das viaturas de serviço	5.649,98	9.282,56	5.617,47	20.550,01
2.3. Valor do combustível gasto com viaturas de serviço	9.480,26	1.512,55	3.162,66	14.155,47
2.4. Subsídio de deslocação	-	-	-	-
2.5. Subsídio de refeição	1.190,00	1.150,00	1.185,00	3.525,00
2.6. Outros (identificar detalhadamente)	-	-	-	-
2.6.1. Despesas de Representação	1.711,95	1.069,03	330,20	3.111,18
2.6.2. Despesa de deslocação e estada	2.988,49	3.462,11	3.027,94	9.478,54
2.6.3. Portagens	1.120,95	614,73	954,33	2.690,01
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>				
3.1. Regime convencionado	13.733,28	6.300,84	16.212,90	36.247,02
3.2. Seguros de saúde	734,62	-	1.395,79	2.130,41
3.4. Outros (identificar detalhadamente)	-	-	-	-
<b>4. Informações adicionais</b>				
4.1. Opção pelo vencimentos de origem	Não	Não	Não	
4.2. Regime convencionado				
4.2.1. Segurança social	Sim	Não	Sim	
4.2.2. Outro	Não	Sim	Não	
4.3. Ao de aquisição de viatura de serviço	-	-	-	
4.4. Exercício de funções remuneradas fora grupo	-	-	-	
4.5. Outros (identificar detalhadamente)	-	-	-	

A Arsenal do Alfeite, S.A. não tem em vigor qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

Durante o exercício de 2010, a remuneração anual do fiscal único "Abreu & Cipriano" referente a serviços de revisão legal de contas, ascendeu a 18.000 euros.

**PARTE II – GOVERNO DA SOCIEDADE**

**SUSTENTABILIDADE**



**SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA**

A sustentabilidade na Arsenal do Alfeite, S.A. faz parte integrante da preocupação da gestão na busca das alternativas que a

permitam assegurar e que estejam abrangidas pelas capacidades e competências existentes na empresa.



## SUSTENTABILIDADE SOCIAL

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa, realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores consubstanciado no protocolo celebrado entre o IASFA, a Marinha e a Arsenal do Alfeite, S.A., regulador da frequência do berçário, creche e jardim de infância do Centro de Apoio Social do Alfeite.

Igualmente dirigida aos filhos dos trabalhadores, foi organizada e realizada uma colónia de férias durante o mês de Julho, abrangendo 65 crianças e jovens entre os 6 e os 15 anos.

A acção social desenvolveu-se, ainda, nas áreas do desporto (torneios de *futsal* e de pesca), do lazer (passeio de *BTT* na Arrábida) e da cultura, (diversos programas de teatro com preços reduzidos).

Ainda no âmbito cultural, refira-se a realização da 1ª edição do "Arsenal Photo", concurso de fotografia que, além da busca

valorativa da fotografia enquanto forma de expressão artística, teve como objectivos retratar a forma de estar de todos os trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., no seu dia-a-dia, os trabalhos executados, o meio e o património natural e construído no estaleiro, bem como promover a identificação dos trabalhadores com dinâmica actual da empresa.

Foram desenvolvidas iniciativas de solidariedade com a comunidade, realçando-se a organização dentro da empresa de 4 recolhas de sangue pelo Instituto Português do Sangue que totalizaram 211 dádivas, a que acrescem 41 colheitas para a base de dadores de medula óssea. Destaca-se, também, a participação no programa de recolha de tampinhas, do qual resultou a entrega de uma cadeira de rodas à filha de um trabalhador da Arsenal do Alfeite, S.A, em cerimónia realizada no dia 8 de Abril de 2010.



## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A utilização sustentada dos recursos naturais e o respeito pelas exigências sociais e de preservação do meio ambiente, são valores essenciais e preocupações da Arsenal do Alfeite S.A..

De forma a operacionalizar os seus valores e obrigações, a Arsenal do Alfeite S.A. iniciou em 2010 um conjunto de actividades para a implementação e certificação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com as normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. Neste âmbito, está em fase de adjudicação um levantamento ambiental para determinar o ponto de situação face ao cumprimento das normas e legislação ambientais aplicáveis e definir eventuais acções correctivas.

Foram definidos procedimentos a seguir em caso de ocorrência de emergências, tais

como a contenção de derrames de produtos poluentes.

Foram, ainda, definidas metodologias para uma gestão adequada dos resíduos produzidos, criando condições para a separação na origem e aumentando a reciclagem. Os resíduos produzidos são geridos de acordo com a legislação em vigor e o seu destino final é, consoante os casos, o envio para reciclagem, aterros ou tratamento. Ainda no âmbito da redução dos impactes ambientais, foi reposicionado o parque de sucata, com a requalificação em espaço verde do antigo parque situado junto ao rio.

A Arsenal do Alfeite, S.A. de forma a identificar o seu impacte ambiental, faz a monitorização dos consumos de água, gás natural, energia eléctrica e combustíveis e geração de resíduos.



## INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Sendo a Arsenal do Alfeite, S.A. uma empresa cuja actividade principal assenta na reparação naval, é por demais relevante a aposta na "Inovação e Desenvolvimento"

### ESTUDOS E PROJECTOS

#### Novas Competências

Mantendo o objectivo de desenvolver competências nas áreas da dinâmica estrutural, a curto prazo, e da dinâmica de fluidos computacional, a médio prazo, foi iniciada a utilização do "software" ANSYS. Ao longo de 2010, esta ferramenta permitiu a realização de estudos de grande

complexidade na área estritamente militar da resistência ao choque. Foram calculadas as estruturas de assenta-mento de diversos equipamentos a instalar nos futuros Navios de Combate à Poluição (NCP) para a Marinha Portuguesa.

#### Concepção

Em 2010, o Gabinete de Estudos e Projectos desenvolveu alguns projectos conceptuais de que se relevam:

#### **"Multipurpose Off-shore Plataform"**

Foi realizado o projecto conceptual da Plataforma Offshore Multi-usos, como sede comum de exploração de parques de energias renováveis das ondas e/ou eólica e exploração de aquacultura sendo extensí-

vel a monitorização ambiental, I&D, soberania Nacional e outras actividades "offshore" que sejam passíveis de co-existirem e serem contributo para o aumento do conhecimento dos mares e oceanos.

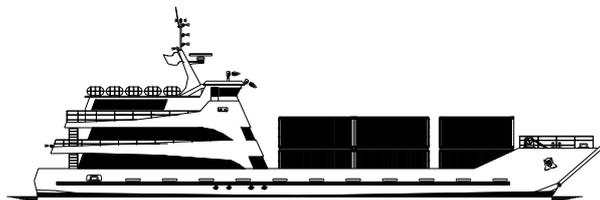


### **Projectos conceptuais diversos**

Foram efectuadas propostas de Arranjo Geral e Memória Descritiva sumária para um ferry de carga e passageiros, com 46



m, para Cabo Verde, numa parceria com a Navalria, e para uma embarcação de fiscalização para a NATO.



### **Desenvolvimento de Projecto**

Nesta área dos Estudos e Projectos, foi iniciado o desenvolvimento do projecto do Navio de combate à Poluição. Nesta fase, para além de alterações diversas na zona

de ré, foram realizados diversos estudos visando a implementação dos novos geradores, máquina do leme e equipamentos de combate à poluição.

### **TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO**

Durante o ano de 2010, o Gabinete de Tecnologias de Informação (GTI) procedeu às alterações necessárias ao Sistema Informático de Apoio à Gestão Integrada da Produção (SIAGIP), com vista à sua conformação a novos normativos de gestão. Foram, ainda, realizadas as modificações necessárias ao cumprimento de normativos legais, nomeadamente ao SNC.

nica de dados com o sistema informático da Marinha, permitindo criar sinergias significativas.

Foi implementado um novo sistema de controle de stocks de armazém, com utilização de dispositivos de comunicação sem fios, em interacção directa com o sistema de gestão integrada.

Ficou praticamente concluída a instalação e configuração de novos servidores centrais, com utilização de virtualização, dando origem a valências novas, acompanhadas de poupança de consumo de energia eléctrica e redução de custos da gestão central do SI. A instalação dum novo serviço de e-mail permitiu alargar a utilização deste serviço a um maior número de utilizadores.

Foram desenvolvidas e postas em funcionamento plataformas de comunicação electró-

Entrou em funcionamento uma nova ligação ao exterior, dedicada, generalizando a utilização da *internet* através duma comunicação com qualidade.



## PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

Princípios de bom governo RCM n.º 49/2007, de 28 de Março	Comentários	Cumprimento
II - Princípios dirigidos às Empresas detidas pelo Estado		
<i>j) Missão, objectivos e princípios gerais de actuação</i>		
7 - As empresas detidas pelo Estado devem cumprir a missão e os objectivos que lhes tenham sido determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade que lhe hajam sido fixados. Além disso, cada empresa directamente dominada pelo Estado deve proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objectivos e das suas políticas, para si e para as participadas que controla.	A missão e objectivos da empresa, bem como as linhas gerais do Plano Estratégico encontram-se divulgados, designadamente, no site da empresa.  (Vide ponto 1. Missão, objectivos e políticas)	Cumprido
8 - As empresas detidas pelo Estado devem elaborar planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento das missões e objectivos de que estas empresas tenham sido incumbidas, bem como definir estratégias de Sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, identificando, para o efeito, os objectivos a atingir e explicitando os respectivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.	Anualmente são elaborados:  (i) Orçamentos de actividades; (ii) Planos de Investimentos; e (iii) Relatórios e Contas.	Cumprido
9 - As empresas detidas pelo Estado devem adoptar planos de igualdade, após um diagnóstico da situação, tendentes a alcançar nas empresas uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.	. Aviso n.º 8/2009, de 19 de Outubro - "Igualdade e não discriminação" . Código de Conduta  (Vide ponto 2. Regulamentos internos e externos)	Cumprido
10 - Anualmente, cada empresa deve informar os membros do Governo e, quando aplicável, os serviços e organismos da Administração Pública que exerçam o poder da tutela ou a função accionista, e o público em geral, do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objectivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público e em que termos foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.	. Relatório e Contas  . Relatório de Sustentabilidade  . Relatório Único	Cumprido
11 - As empresas detidas pelo Estado devem cumprir a legislação e a regulamentação em vigor. O seu comportamento deve, em particular, ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.	. Aviso n.º 8/2009, de 19 de Outubro - "Igualdade e não discriminação" . Código de Conduta . Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (Vide ponto 2. Regulamentos internos e externos e 9. Código de Conduta)	Cumprido
12 - As empresas detidas pelo Estado devem tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo activamente para a sua valorização profissional.	(Vide ponto 4. Recursos Humanos do Relatório de Gestão)	Cumprido
13 - As empresas detidas pelo Estado devem tratar com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que tenha algum tipo de direito sobre a empresa. Neste contexto, as empresas devem estabelecer e divulgar os procedimentos adoptados em matéria de aquisição de	. Código de Conduta . Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas  (Vide pontos 2. Regulamentos internos e externos, 3. Transacções relevantes com entidades relacionadas, 4. Outras transacções e 9. Código de Conduta)	Cumprido

bens e serviços e adoptar critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia que assegurem a eficiência das transacções realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito. Anualmente, as empresas detidas pelo Estado devem divulgar todas as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de 1 milhão de euros.		
14 - Os negócios das empresas detidas pelo Estado devem ser conduzidos com integridade e devem ser adequadamente formalizados não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas. Cada empresa deve ter ou aderir a um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, procedendo à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral.	<i>(Vide ponto 9. Código de Conduta)</i>	Cumprido
<b>ii) Estruturas de administração e fiscalização</b>		
15 - Os órgãos de administração e de fiscalização das empresas detidas pelo Estado devem ser ajustados à dimensão e à complexidade de cada empresa, em ordem a assegurar eficácia do processo de tomada de decisões e a garantir uma efectiva capacidade de supervisão. O número de membros do órgão de administração deve ser o adequado a cada caso, não devendo exceder o número de membros de idênticos órgãos em empresas privadas comparáveis, de dimensão semelhante e do mesmo sector de actividade.	<i>A composição e eleição dos órgãos sociais constam dos estatutos da empresa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de Fevereiro.</i>  <i>(Vide ponto 5. Modelo de governo e Membros dos órgãos sociais)</i>	Cumprido
16 - As empresas detidas pelo Estado devem ter um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização. As empresas de maior dimensão e complexidade devem especializar a função de supervisão através da criação de comissões especializadas, entre as quais se deve incluir uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras consoante o modelo de governo adoptado.	<i>(Vide ponto 5. Modelo de governo e Membros dos órgãos sociais)</i>	Cumprido
17 - Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão ou, quando estes não existam, os membros do órgão de fiscalização devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.	<i>Competência da Assembleia Geral de Accionistas.</i>	---
18 - As contas das empresas detidas pelo Estado de maior dimensão ou complexidade devem ser auditadas anualmente por entidades independentes. A auditoria deve observar padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão ou, quando estes não existam, os membros do órgão de fiscalização devem ser os interlocutores da empresa com os auditores externos, competindo-lhes proceder à sua selecção, à sua confirmação, à sua contratação e, bem assim, à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, a qual apenas deve ser concedida se não for colocada em causa a independência desses auditores.	<i>Competência da Assembleia Geral de Accionistas.</i>	---
19 - O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado à dimensão e à complexidade da empresa, em ordem a proteger os investimentos da empresa e os seus activos. Tal sistema deve abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.	<i>(Vide ponto 10. Controlo de riscos)</i>	Cumprido
20 - As empresas detidas pelo Estado devem promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização.	<i>Competência da Assembleia Geral de Accionistas.</i>	---
<b>iii) Remuneração e outros direitos</b>		
21- As empresas públicas devem divulgar publicamente, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas auferidas, seja qual for a sua	<i>(Vide ponto 6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais)</i>	Cumprido

natureza, em cada ano, por cada membro do órgão de administração, distinguindo entre funções executivas e não executivas, bem como as remunerações auferidas por cada membro do órgão de fiscalização. Com a mesma periodicidade, devem ser divulgados todos os demais benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.		
<b>iv) Prevenção de conflitos de interesse</b>		
22 – Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvem os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Além disso, no início de cada mandato, e sempre que se justificar, tais membros devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.	(Vide ponto 11. Prevenção de conflitos de interesse)	Cumprido
<b>v) Divulgação de informação relevante</b>		
23 – Os órgãos sociais das empresas públicas devem divulgar publicamente de imediato todas as informações de que tenham conhecimento que sejam susceptíveis de efectuar relevante a situação económica, financeira ou patrimonial dessas empresas, ou as suas condições de prestação de serviço público, agindo de forma idêntica à que se encontre estabelecida para a prestação deste tipo de informação aos accionistas por parte das empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado, salvo quando o interesse público ou o interesse de empresa impuserem a sua não divulgação, designadamente em caso de informação estratégica ou confidencial, segredo comercial ou industrial ou na protecção de dados pessoais.	(Vide ponto 12. Divulgação da informação)	Cumprido
<b>vi) Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa</b>		
24 – As empresas públicas que, em razão da sua dimensão ou da sua especificidade, que não estejam em condições de cumprir algum dos princípios anteriormente enunciados, ou por força do interesse público ou de interesses comerciais legítimos não o devam fazer, devem explicitar as razões pelas quais tal ocorre e enunciar as medidas de bom governo alternativas que tenham sido implementadas.	<i>Não aplicável.</i>	---



## **CÓDIGO DE CONDUTA**

O Código de Conduta, aprovado em 2009 pelo conselho de administração, destinado a pautar o comportamento dos seus trabalhadores para com a organização e a relação que estabelecem com o exterior, designadamente clientes e fornecedores, manteve-se em vigor, não tendo sofrido qualquer alteração.

Pugnaram-se, assim, as normas gerais de conduta em matéria de ética profissional para todos os trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., sendo entendidos como tal todos os membros do conselho de administração, directores e demais dirigentes e restantes trabalhadores.

Estas normas (gerais) não prejudicaram as normas de conduta aplicáveis em áreas funcionais específicas da organização, decorrente do cumprimento de deveres legais, antes pelo contrário, complementaram-nas.

O Código de Conduta da Arsenal do Alfeite, S.A. pode ser consultado no sítio da internet [www.arsenal-alfeite.pt](http://www.arsenal-alfeite.pt) ou na intranet (apenas acessível aos trabalhadores).



**CONTROLO DE RISCOS**

O controlo de riscos, enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporado no processo de gestão, tendo sido assumido como uma preocupação constante de todos os trabalhadores da empresa.

Neste âmbito, os principais objectivos são a identificação dos factores de risco ao nível da actividade e dos respectivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacto.

Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta o investimento essencial e prioritário e a realização de estudos prévios à sua concretização.

A Divisão de Gestão Financeira centraliza, controla e assegura a abordagem aos riscos financeiros.



## **PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE**

A política de prevenção e gestão de conflitos de interesse visa garantir que todos os trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., independentemente do tipo de vínculo, sendo entendidos como tal, todos os membros do conselho de administração, directores e demais dirigentes e restantes trabalhadores, actuam no desempenho das suas actividades, ao nível dos procedimentos e da sua organização interna, no sentido de evitar a ocorrência de conflitos de interesse.

Em particular, os membros do conselho de administração têm pleno conhecimento dos deveres de abstenção de participar na discussão e deliberação de assuntos nos quais possam eventualmente ter interesse, directo ou indirecto, por conta próprio ou por terceiro, que potencial ou efectivamente entrem em conflito com os interesses da empresa, respeitando assim as normas aplicáveis no exercício das suas funções.

De salientar que a Arsenal do Alfeite, S.A. definiu, através da aprovação do seu Código de Conduta, uma série de directrizes de orientação cujo propósito é garantir o comportamento ético e responsável da organização e dos seus trabalhadores, nas suas relações internas e externas, designadamente no domínio da prevenção de potenciais conflitos de interesse.

A política de prevenção e gestão de conflitos de interesse, para além das normas legais aplicáveis e do Código de

Conduta, decorre ainda do compromisso ético assumido no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., aprovado pelo conselho de administração.

Por forma a evitar ou reduzir ao mínimo o risco de ocorrência de situações potencialmente geradoras de conflitos de interesse, a Arsenal do Alfeite, S.A., além de manter actualizados procedimentos e regras de actuação, iniciou a implementação de um processo para a comunicação de irregularidades, que visa assegurar um conjunto adequado de procedimentos que possam responder de modo eficiente e justo às alegadas irregularidades que sejam relatadas, existindo já, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, um procedimento documentado para o registo e tratamento de reclamações de qualquer natureza por parte de clientes e fornecedores. Tendo em conta as recomendações sobre esta matéria, a Arsenal do Alfeite, S.A. promove o tratamento de qualquer comunicação de irregularidade que se pense ou saiba ter sido efectuada por qualquer dos membros dos seus órgãos sociais ou trabalhadores e leva a cabo as medidas que considera apropriadas, constatando-se os fundamentos da irregularidade relatada, não sendo tolerada qualquer represália contra quem realize as participações.



**DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO****1. Informação a constar no site do sector empresarial do Estado**

Não aplicável.

**2. Informação a constar no site da empresa**

Informação a constar no site da empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na empresa			X	
Identificação dos sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos internos e externos		X		
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental		X		
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do Cliente			X	

Legenda:

S – Sim | N – Não | N.A. – Não aplicável





**BALANÇO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
<b>Activos não correntes</b>			
Activos fixos tangíveis	7	93.878.686,55	94.292.050,72
Activos intangíveis	8	42.937,57	-
Participações financeiras - outros métodos	9	500,00	500,00
Activos por impostos diferidos	16	42.930,00	-
Total de activos não correntes		<u>93.965.054,12</u>	<u>94.292.550,72</u>
<b>Activos correntes</b>			
Inventários	10	341.312,52	245.165,43
Clientes	11	4.434.163,81	3.357.841,13
Outras contas a receber	12	16.404.084,94	1.111.250,62
Diferimentos	13	99.019,01	104.283,99
Caixa e equivalentes a caixa	4	<u>17.521.715,28</u>	<u>18.891.539,65</u>
Total de activos correntes		<u>38.800.295,56</u>	<u>23.710.080,82</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<u><u>132.765.349,68</u></u>	<u><u>118.002.631,54</u></u>
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	14	32.400.000,00	16.200.000,00
Reserva legal	14	39.731,24	-
Resultados Transitados	14	675.431,06	-
Outras variações no capital próprio	14	91.174.233,09	94.058.803,85
Resultado líquido do período	14	<u>2.771.892,37</u>	<u>794.624,78</u>
Total do capital próprio		<u>127.061.287,76</u>	<u>111.053.428,63</u>
<b>Passivos correntes</b>			
Fornecedores		671.891,57	2.384.600,31
Estado e outros entes públicos	15	1.639.569,22	1.473.389,10
Outras contas a pagar	12	3.391.864,14	2.699.773,53
Diferimentos	13	738,99	391.440,97
Total de passivos correntes		<u>5.704.061,92</u>	<u>6.949.203,91</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u><u>5.704.061,92</u></u>	<u><u>6.949.203,91</u></u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<u><u>132.765.349,68</u></u>	<u><u>118.002.631,54</u></u>

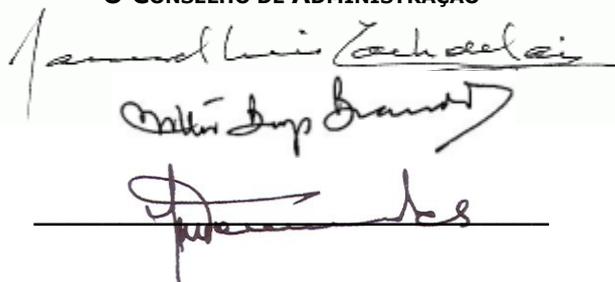
As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2010

**O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**

  
(TOC. N.º 44573)

RENATO CAMPOS VIEIRA

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**





**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Valores expressos em Euros)

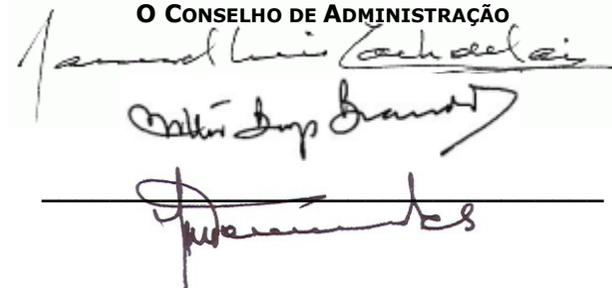
	Capital Realizado	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
	32.400.000,00	-	-	-	-	32.400.000,00
Adopção do SNC (nota 2)	-16.200.000,00	-	-	94.058.803,85	-	77.858.803,85
Resultado líquido do período findo 31.12.2009	-	-	-	-	794.624,78	794.624,78
	<u>16.200.000,00</u>	-	-	<u>94.058.803,85</u>	<u>794.624,78</u>	<u>111.053.428,63</u>
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2009	-	39.731,24	675.431,06	-	-794.624,78	-79.462,48
Realização de 50% do capital	16.200.000,00	-	-	-	-	16.200.000,00
Reconhecimento do rédito do período referente ao subsídio	-	-	-	-2.884.570,76	-	-2.884.570,76
Resultado líquido do período findo 31.12.2010	-	-	-	-	2.771.892,37	2.771.892,37
	<u>32.400.000,00</u>	<u>39.731,24</u>	<u>675.431,06</u>	<u>91.174.233,09</u>	<u>2.771.892,37</u>	<u>127.061.287,76</u>

AS NOTAS ANEXAS FAZEM PARTE INTEGRANTE DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

**O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**

  
(T.O.C. n.º 44573)  
RENATO CAMPOS VIEIRA

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**





**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

**(Valores expressos em Euros)**

	Notas	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Vendas e Serviços prestados	17	26.885.406,10	10.928.948,16
Subsídios à exploração			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-2.278.641,27	-851.339,02
Fornecimentos e serviços externos	18	-4.733.652,02	-1.920.948,97
Gastos com Pessoal	19	-16.348.583,60	-7.489.442,38
Imparidade de dívidas a receber	11	-216.000,00	-
Outros rendimentos e ganhos	20	3.030.118,38	997.782,00
Outros gastos e perdas		<u>-73.284,35</u>	<u>-3.662,83</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>6.265.363,24</u>	<u>1.661.336,96</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	<u>-2.970.606,99</u>	<u>-968.921,22</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>3.294.756,25</u>	<u>692.415,74</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	522.271,84	411.488,45
Juros e gastos similares suportados		<u>-8.698,30</u>	<u>-2.869,87</u>
Resultado antes de imposto		<u>3.808.329,79</u>	<u>1.101.034,32</u>
Imposto sobre o rendimento do período	16	-1.036.437,42	-306.409,54
Resultado líquido do período		<u>2.771.892,37</u>	<u>794.624,78</u>

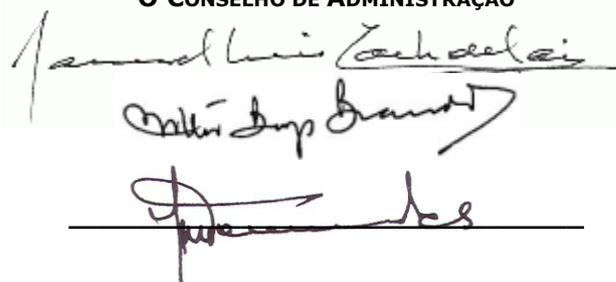
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados  
por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2010

**O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**

  
(TOC. N.º 44573)

RENATO CAMPOS VIEIRA

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**





## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **1. Nota Introdutória**

A Arsenal do Alfeite, S.A. ("AA, S.A." ou "Empresa") com sede no Alfeite, Almada, iniciou a sua actividade no dia 1 de Setembro de 2009, tendo por objecto principal a prestação de serviços que se subsume na actividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objectivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

O Decreto - Lei n.º 33/2009, de 5 de Fevereiro, constituiu a AA, S.A. com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, a qual integra o cluster naval da EMPORDEF, SGPS, S.A., holding das indústrias de defesa portuguesas cuja actividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas directa ou indirectamente às actividades de defesa, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à AA, S.A., a concessão de serviço público objecto da respectiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro do Arsenal do Alfeite. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval, no Alfeite.

De acordo com contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a AA, S.A., integram a concessão os bens móveis e imóveis afectos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- a) As infra-estruturas relativas à exploração da actividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 KV, redes eléctricas, telefónicas, de sinal em fibra óptica e de fluidos, (Anexo III do contrato de concessão);
- b) Os equipamentos necessários à operação das infra-estruturas, (Anexo IV do contrato de concessão);
- c) Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respectivos acessórios utilizados para a exploração da actividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A Empresa iniciou a sua actividade no dia 1 de Setembro de 2009. Assim sendo as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2009 reflectem 4 meses de actividade.

Face ao exposto, as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2010 não são comparáveis com as do exercício anterior.

## **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

### Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF")

As demonstrações financeiras da Empresa, referentes ao exercício de 2009 foram preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Em 31 de dezembro de 2010, a preparação das demonstrações financeiras foi efectuada de acordo com o sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). O exercício de 2009, apresentado para efeitos comparativos, foi reexpresso de forma a estar de acordo com o SNC. Os ajustamentos de transição, com efeitos a 1 de Setembro de 2009 (data em que a Empresa iniciou a sua actividade), foram efectuados de acordo com a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

As principais diferenças de políticas contabilísticas são as seguintes:

- O POC permitia a contabilização do capital social não realizado;
- O subsídio não monetário, que se encontrava registado como proveito diferido, foi reclassificado para uma rubrica de capital próprio;
- A Empresa adoptou o valor do custo como critério valorimétrico dos seus activos fixos tangíveis. Os bens transferidos para a AA, S.A., ao abrigo do contrato de concessão, foram escriturados ao custo considerado, que correspondeu ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respectivo valor de mercado em 1 de Setembro de 2009.

## **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### **3.1 Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

### **3.2 Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis incluem: (i) *bens concessionados*, (ii) *bens reversíveis* e (iii) *bens próprios*.

Consideram-se *bens concessionados*, todos os bens transferidos para a AA, S.A., ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão revertem, sem qualquer indemnização para o Estado Português.

Estes activos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respectivo valor de mercado em 1 de Setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela AA, S.A., que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da actividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como bens reversíveis, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os bens reversíveis e os bens próprios encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b><u>Bens Concessionados</u></b>	<b><u>Anos de vida útil</u></b>
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	6 - 20
Ferramentas e utensílios	2 - 25
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros activos fixos	4 - 30
<b><u>Bens próprios e bens reversíveis</u></b>	<b><u>Anos de vida útil</u></b>
Edifícios e outras construções	12 - 20
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos fixos	1

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

### **3.3 Intangíveis**

Os activos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

### **3.4 Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis**

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### **3.5 Inventários**

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a venda.

O método de custeio dos inventários adoptado pela empresa consiste no custo médio ponderado.

### **3.6 Activos e passivos financeiros**

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

#### **Clientes e dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflectam o seu valor realizável líquido.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos e sejam objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

#### **Caixa e equivalentes a caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários.

#### **Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

As transacções em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças,

pagamentos, ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do período.

### **3.7 Imparidade de activos financeiros**

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objectivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do activo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

### **3.8 Provisões**

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### **3.9 Subsídio não monetário – bens concessionados**

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de activos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio, sendo subsequentemente imputado numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona.

### **3.10 Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

### **3.11 Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Sempre que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado razoavelmente, o rédito e os gastos correspondentes são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento.

De acordo com este método, o rédito directamente relacionado com as obras em curso é reconhecido na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos e os gastos totais estimados das obras (gastos incorridos adicionados dos gastos a incorrer). As diferenças entre o rédito apurado através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza das diferenças.

Nos casos em que a empresa dispõe de contratos de *cost plus*, aos custos aplicados às obras são acrescidos percentualmente de quantias previamente aceites pelo cliente. Nestes contratos nem sempre esta definida a data de desfecho contratual, sendo que o rédito do contrato é reconhecido numa base mensal a partir dos trabalhos executados e dos gastos mensalmente incorridos.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### **3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

### **3.13 Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.14 Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

## 4. Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria e detalha-se como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Numerário	4.536,27	5.760,52
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	317.179,01	135.779,13
Aplicações de Tesouraria	<u>17.200.000,00</u>	<u>18.750.000,00</u>
	<u>17.521.715,28</u>	<u>18.891.539,65</u>

## 5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira da AA, S.A. relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e referidas no respectivo anexo, nem foram registados erros materiais ou alterações de estimativas contabilísticas significativas relativas a exercícios anteriores.

## 6. Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A..

As remunerações do pessoal chave de gestão do Grupo nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 foram conforme se segue:

	<u>2010</u>	
	Conselho de Administração	Fiscal Único
Remuneração anual - ilíquida	245.877,00	18.000,00
Despesas de representação	3.111,18	-
Despesas de deslocação e estadas	9.478,54	-
Gastos na utilização de telefones	1.127,96	-
Despesas com viaturas de serviço	<u>37.395,49</u>	-
	<u>296.990,17</u>	<u>18.000,00</u>

	2009	
	Conselho de	Fiscal
	Administração	Único
Remuneração anual - ilíquida	223.217,50	10.000,00
Despesas de representação	2.204,95	-
Gastos na utilização de telefones	1.169,07	-
Despesas com viaturas de serviço	12.444,53	-
	<u>239.036,05</u>	<u>10.000,00</u>

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

Entidade	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EID-Emp. de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	-	-	2.220,84	-	-
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A.	15.580.333,34	7.873,21	6.761,81	-	99.865,76
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	216.000,00	6.405,46	252,04	180.000,00	-
IDD-Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	-	52,94	1.854,98	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	-	-	88.559,60	1.720,00	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	-	-	-	19.045,00	-
	<u>15.796.333,34</u>	<u>14.331,61</u>	<u>99.649,27</u>	<u>200.765,00</u>	<u>99.865,76</u>

No exercício de 2010 a Empordef SGPS S.A., na qualidade de accionista única da AA, S.A. determinou a transferência de 15.500.000 €. O capital mutuado venceu juros à taxa média ponderada dos depósitos e/ou aplicações a prazo, obtidos pela AA S.A., com o mesmo prazo de mútuo junto da banca.

No corrente exercício a Empresa registou uma perda por imparidade no montante de 216.000 € referente ao saldo devido pela Empresa do grupo – Estaleiros Navais de Viana do Castelo S.A..

## 7. Activos Tangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.12.2010							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
<b>Activo Bruto</b>								
Saldo inicial	15.899.362,00	49.390.143,70	17.343.317,40	498.821,70	2.336.905,45	9.792.060,19	361,50	95.260.971,94
Aquisições	-	346.771,56	60.658,11	33.161,08	51.705,05	8.624,22	2.046.144,37	2.547.064,39
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências/Abates	-	-	-	-	-	361,50	-361,50	-
Saldo final	<u>15.899.362,00</u>	<u>49.736.915,26</u>	<u>17.403.975,51</u>	<u>531.982,78</u>	<u>2.388.610,50</u>	<u>9.801.045,91</u>	<u>2.046.144,37</u>	<u>97.808.036,33</u>

**Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade**

Saldo inicial	-	395.406,64	333.572,66	11.791,70	73.001,41	155.148,81	-	968.921,22
Depreciações do exercício	-	1.194.059,78	1.017.936,31	42.283,60	230.968,48	475.180,39	-	2.960.428,56
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências/Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.589.466,42	1.351.508,97	54.075,30	303.969,89	630.329,20	0,00	3.929.349,78
<b>Activos Líquidos</b>	<b>15.899.362,00</b>	<b>48.147.448,84</b>	<b>16.052.466,54</b>	<b>477.907,48</b>	<b>2.084.640,61</b>	<b>9.170.716,71</b>	<b>2.046.144,37</b>	<b>93.878.685,55</b>

**31.12.2009**

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
<b>Activo Bruto</b>								
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens Cedidos	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	-	95.020.327,44
Aquisições	-	-	136.854,15	-	95.632,64	7.796,21	361,50	240.644,50
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências/Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	15.899.362,00	49.390.143,70	17.343.317,40	498.821,70	2.336.905,45	9.792.060,19	361,50	95.260.971,94
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>								
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações do exercício	-	395.406,64	333.572,66	11.791,70	73.001,41	155.148,81	-	968.921,22
Alienações	-	0,00	-	-	-	-	-	-
Transferências/Abates	-	0,00	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	395.406,64	333.572,66	11.791,70	73.001,41	155.148,81	-	968.921,22
<b>Activos Líquidos</b>	<b>15.899.362,00</b>	<b>48.994.737,06</b>	<b>17.009.744,74</b>	<b>487.030,00</b>	<b>2.263.904,04</b>	<b>9.636.911,38</b>	<b>361,50</b>	<b>94.292.050,72</b>

Durante o exercício de 2010, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos activos fixos tangíveis foram os seguintes:

- O valor de aumentos (346.771,56 €) relevado na rubrica "Edifícios e Outras Construções" diz respeito a empreitadas de remodelação nos edifícios da AA, S.A.;
- O valor registado como incremento dos "Activos Fixos Tangíveis em Curso" (2.047.001,37 €) diz respeito à (i) empreitada de dragagem – 1.745.200,25€; (ii) aquisição do projecto de ampliação e aprofundamento do cais do molhe leste, reconversão do plano inclinado e reconstrução das pontes cais – 124.250,00€; (iii) aquisição do projecto de execução para a remodelação do refeitório – 67.500,00€

As amortizações do período, no montante de 2.960.428,56€ foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização".

Em 31 de Dezembro de 2010 os activos fixos tangíveis brutos, apresentavam a seguinte composição:

**31.12.2010**

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
<b>Activo Bruto</b>								
Bens Concessionados	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	-	95.020.327,44
Bens Reversíveis	-	346.771,56	179.353,52	-	102.120,61	-	2.043.993,98	2.672.239,67
Bens Próprios	-	-	18.158,74	33.161,08	45.217,08	16.781,93	2.150,39	115.469,22
	15.899.362,00	49.736.915,26	17.403.975,51	531.982,78	2.388.610,50	9.801.045,91	2.046.144,37	97.808.036,33

**Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade**

Bens Concessionados	-	1.581.626,56	1.319.537,00	47.166,80	277.721,79	620.042,20	-	3.846.094,35
Bens Reversíveis	-	7.839,86	27.499,06	-	11.094,68	-	-	46.433,60
Bens Próprios	-	-	4.472,91	6.908,50	15.153,42	10.287,00	-	36.821,83
	-	1.589.466,42	1.351.508,97	54.075,30	303.969,89	630.329,20	-	3.929.349,78

**Activos Líquidos**

15.899.362,00	48.147.448,84	16.052.466,54	477.907,48	2.084.640,61	9.170.716,71	2.046.144,97	93.878.686,55
---------------	---------------	---------------	------------	--------------	--------------	--------------	---------------

Os bens transferidos para a AA, S.A., ao abrigo do contrato de concessão – bens concessionados - encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respectivo valor de mercado em 1 de Setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Valor de cedência	1.840.008,29	8.193.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	-	13.640.644,88
Reavaliação	14.059.353,71	41.196.169,05	14.474.848,03	498.324,35	1.783.785,54	9.367.201,88	-	81.379.682,56
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	-	95.020.327,44

**8. Activos Intangíveis**

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010, os movimentos ocorridos nos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2010		
	Programas Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
<b>Activo Bruto</b>			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisições	53.116,00	-	53.116,00
Alienações	-	-	-
Saldo final	53.116,00	-	53.116,00
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>			
Saldo inicial	-	-	-
Depreciações do exercício	10.178,43	-	10.178,43
Alienações	-	-	-
Saldo final	10.178,43	-	10.178,43
<b>Activos Líquidos</b>	42.937,57	-	42.937,57

**9. Participações Financeiras**

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa detinha uma participação associativa no valor de 500,00 € na Relacre – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal.

**10. Inventários**

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2010	2009
Matérias-primas, sub e consumo	338.814,14	245.165,43
Adiantamentos p/ conta de compras	2.498,38	-
	<u>341.312,52</u>	<u>245.165,43</u>

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalha-se conforme se segue:

	<b>2010</b>		
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	245.165,43	245.165,43
Compras	612.718,55	1.750.240,54	2.362.959,09
Regularização de existências	-	9.330,89	9.330,89
Existências finais	-	338.814,14	338.814,14
Custo do Exercício	612.718,55	1.665.922,72	2.278.641,27

	<b>2009</b>		
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	-	-
Compras	405.950,59	686.226,85	1.092.177,44
Regularização de existências	-	4.327,01	4.327,01
Existências finais	-	245.165,43	245.165,43
Custo do Exercício	405.950,59	445.388,43	851.339,02

## 11. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2010	2009
Clientes	4.434.163,81	3.357.841,13
Clientes do Grupo	216.000,00	-
Perdas por Imparidade	-216.000,00	-
	<u>4.434.163,81</u>	<u>3.357.841,13</u>

Cerca de 94% do saldo devido por clientes (4.164.847,62 €) diz respeito a trabalhos facturados no corrente exercício e não liquidados à data do balanço pelo principal cliente - Marinha Portuguesa.

No corrente exercício a Empresa registou uma perda por imparidade no montante de 216.000€ referente ao saldo devido pela Empresa do grupo – Estaleiros Navais de Viana do Castelo S.A..

## 12. Outras Contas a Receber e a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, as rubricas "Outras Contas a Receber" e "Outras Contas a Pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Outras Contas a Receber</u>		
Accionistas a)	15.580.333,34	-
Juros a receber	85.771,34	173.541,67
Prestações de serviços em curso b)	732.000,00	918.022,32
Outros	5.980,26	19.686,63
	<u>16.404.084,94</u>	<u>1.111.250,62</u>
<u>Outras Contas a Pagar</u>		
Fornecedores de Investimento	768.036,79	187.252,64
Remunerações a liquidar c)	1.922.000,00	2.000.000,00
Renda - contrato de concessão d)	134.567,40	52.008,13
Outros acréscimos e gastos e)	475.389,12	336.178,86
Pessoal	2.017,42	8.930,86
Outros devedores e credores	89.853,41	115.403,04
	<u>3.391.864,14</u>	<u>2.699.773,53</u>

- a) No exercício de 2010 a Empordef SGPS S.A., na qualidade de accionista única da AA, S.A. determinou a transferência de 15.500.000 €. À data de 31 de Dezembro de 2010, os juros vencidos ascenderam a 99.865,76€.
- b) A Empresa registou com base no método da percentagem de acabamento o rédito dos trabalhos realizados no mês de Dezembro de 2010. Os gastos associados a este rédito foram reconhecidos na demonstração dos resultados no período contabilístico (mês de Dezembro) em que o trabalho com o qual se relacionam foi executado.
- c) Inclui os gastos com férias, subsídio de férias referentes ao exercício de 2010 a liquidar em 2011.
- d) Inclui o gasto do exercício de 2010 referente à renda da concessão a pagar ao Estado Português de acordo com a cláusula 18º. do contrato de concessão.
- e) Inclui os gastos com ADSE (338.620,56 €).

### 13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, as rubricas do activo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Diferimentos activos</u>		
Seguros	79.931,11	76.722,71
Outros gastos a reconhecer	19.087,90	27.561,28
	<u>99.019,01</u>	<u>104.283,99</u>
<u>Diferimentos passivos</u>		
Outros rendimentos diferidos a)	738,99	391.439,97
	<u>738,99</u>	<u>391.439,97</u>

- a) Os rendimentos registados nesta rubrica no ano de 2009, dizem respeito à venda de sobressalentes da marca MTU.

## 14. Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital da Empresa era composto 6.480.000 acções nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A.. No exercício de 2009 foi realizado em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

Nos termos aprovados pela Assembleia Geral, o resultado líquido do exercício de 2009, no montante de 794.624,78 €, foi aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal	39.731,24
Resultados Transitados	675.431,06
Gratificações de Balanço aos Empregados	<u>79.462,48</u>
Resultado Líquido	794.624,78

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a informação relativa a subsídios obtido do governo eram como segue:

	2010	2009
Subsídio não monetário	94.058.803,85	95.020.327,44
Rédito do ano	<u>-2.884.570,76</u>	<u>-961.523,59</u>
	<u>91.174.233,09</u>	<u>94.058.803,85</u>

O subsídio do governo não monetário associado à concessão de activos não correntes foi reconhecido no capital próprio. O valor do subsídio é reconhecido como rédito à medida que os activos com os quais se relaciona vão sendo amortizados.

No período findo a 31 de Dezembro de 2010 o rédito reconhecido na Demonstração de resultados ascendeu a 2.884.570.76 €.

## 15. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica do passivo “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas	779.467,99	258.376,78
Retenção do IRS	136.016,50	117.992,00
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	502.285,25	917.596,90
CGA - Caixa geral de aposentações	179.842,96	160.853,00
Segurança social	31.667,12	7.629,98
ADSE -assistência na doença aos servidores civis do Estado	<u>10.289,40</u>	<u>10.940,44</u>
	<u>1.639.569,22</u>	<u>1.473.389,10</u>

a) O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	2010	2009
Estimativa do imposto do exercício	1.079.367,41	306.409,54
Pagamento por conta	188.178,00	-
Retenções na fonte	<u>111.721,42</u>	<u>48.032,76</u>
	<u>779.467,99</u>	<u>258.376,78</u>

## 16. Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal de 12,5% na parte da matéria colectável que não ultrapasse os 12.500 Euros e 25% na parte excedente, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Resultado antes de imposto	3.808.329,79	1.101.034,32
Taxa nominal de imposto até 12.500 euros	14,00%	14,00%
Taxa nominal de imposto superior a 12.500 euros	26,50%	26,50%
Imposto esperado	<u>1.007.644,89</u>	<u>291.774,09</u>
Diferenças permanentes	2.408,53	3.486,08
Diferenças temporárias	42.930,00	-
Impostos diferidos de exercícios anteriores	-	-
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	26.383,99	11.149,36
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>1.079.367,42</u>	<u>306.409,54</u>
Taxa efectiva de imposto	28,34%	27,83%
Imposto corrente do exercício	1.079.367,42	306.409,54
Imposto diferido gerado no exercício	-42.930,00	-
	<u>1.036.437,42</u>	<u>306.409,54</u>

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	Activos por Impostos Diferidos	
	2010	2009
Perdas por Imparidade	<u>42.930,00</u>	-
	<u>42.930,00</u>	-

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 foi como se segue:

	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Movimentos do exercício		
Perdas por Imparidade	42.930,00	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>42.930,00</u>	<u>-</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2009 a 2010 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

### 17.Rédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

	2010			2009		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	644.978,26	-	644.978,26	442.486,14	-	442.486,14
Prestações de Serviços	26.191.022,84	47.405,00	26.238.427,84	10.486.462,00	-	10.486.462,00
Outros	2.000,00	-	2.000,00	-	-	-
	<u>26.838.001,10</u>	<u>47.405,00</u>	<u>26.885.406,10</u>	<u>10.928.948,14</u>	<u>-</u>	<u>10.928.948,14</u>

### 18.Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Subcontratos	2.150.801,07	1.006.528,94
Trabalhos Especializados	130.931,75	119.412,28
Publicidade e Propaganda	15.713,08	2.170,02
Vigilância e Segurança	102.100,00	43.200,00
Honorários	271.908,60	73.216,67
Conservação e Reparação	260.288,92	31.386,66
Materiais	95.962,03	22.707,86
Electricidade	376.982,16	155.780,79
Combustíveis	58.858,37	20.072,90
Gás	30.025,76	-
Deslocações, Estadas e Transporte	79.515,64	71.321,35
Rendas e Alugueres	305.179,67	100.141,49
Comunicação	45.717,79	12.844,43
Seguros	232.543,21	78.958,84
Contencioso e Notariado	104,50	-
Despesas de Representação	20.129,52	8.825,49
Limpeza, Higiene e Conforto	550.016,92	164.382,00
Diversos	6.873,03	9.999,25
	<u>4.733.652,02</u>	<u>1.920.948,97</u>

### 19. Gastos com Pessoal

A rubrica de "Gastos com o Pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Remunerações dos Órgãos Sociais	243.128,00	260.477,50
Remunerações do Pessoal	13.447.064,28	6.106.626,06
Encargos sobre Remunerações	2.200.522,54	950.631,46
Seguros de Acidentes no Trabalho	200.505,62	87.743,70
Gastos de Acção Social	97.371,91	50.052,22
Outros Gastos com o Pessoal	159.991,25	33.911,44
	<u>16.348.583,60</u>	<u>7.489.442,38</u>

### 20. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros rendimentos e ganhos inclui, o subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de activos não correntes - a 2.884.570.76 €.

O subsídio não monetário é imputado numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona.

### 21. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

O detalhe da rubrica é conforme se segue:

	2010	2009
Activos Tangíveis	2.960.428,56	968.921,22
Activos Intangíveis	10.178,43	-
	<u>2.970.606,99</u>	<u>968.921,22</u>

As amortizações dos activos tangíveis, reflectem as amortizações dos bens cedidos à Arsenal do Alfeite S.A., que à data de 31 de Dezembro de 2010 ascenderam a 2.884.570.76 €.

### 22. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os juros e rendimentos similares obtidos têm a seguinte composição:

	2010	2009
Juros Obtidos de Depósitos	422.406,08	411.488,45
Juros Obtidos de Empréstimos Concedidos à Empordef	99.865,76	-
	<u>522.271,84</u>	<u>411.488,45</u>

### 23. Resultado por Acção

O Resultado por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 foi determinado conforme se segue:

	2010	2009
Resultado líquido do período	2.771.892,37	794.624,78
Número médio ponderado de ações	6.480.000	6.480.000
Resultado por ação básico	<u>0,43</u>	<u>0,12</u>

## 24. Outras Informações

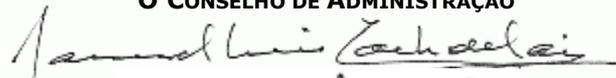
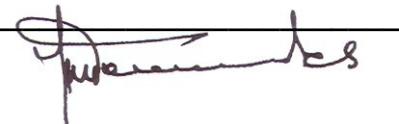
Em 31 de Dezembro de 2010, as existências (materiais de estaleiro) da Marinha à guarda da Empresa, ascendem a 0,761 milhões de euros.

### O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

  
(TOC. N.º 44573)  
RENATO CAMPOS VIEIRA

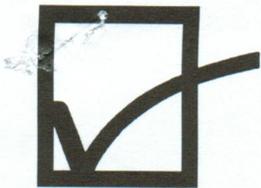
---

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

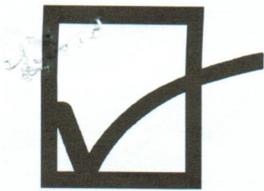
1. Examinámos as demonstrações financeiras da "ARSENAL DO ALFEITE, S.A.", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 132.765.350 euros e um total de capital próprio de 127.061.288, incluindo um resultado líquido positivo de 2.771.892 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa, e o correspondente Anexo, para o período findo naquela data. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



João Amaro Santos Cipriano ROC n.º 631  
Carlos Alberto Antunes de Abreu ROC n.º 761

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

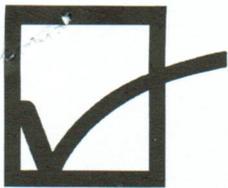
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da “**ARSENAL DO ALFEITE, S.A.**”, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as variações no capital próprio, e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



# ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC

Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119

João Amaro Santos Cipriano ROC n.º 631  
Carlos Alberto Antunes de Abreu ROC n.º 761

## Ênfase

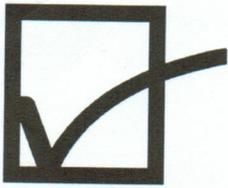
9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- Tal como referido na nota 1 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Arsenal do Alfeite, S.A., foi constituída em 5 de Fevereiro de 2009, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Setembro de 2009. Deste modo as Demonstrações Financeiras em apreciação não incluem informação comparativa, na medida que esta apenas se refere a quatro meses de actividade.

Lisboa, 17 de Março de 2011

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631  
em representação de  
"Abreu & Cipriano, Auditores, SROC"  
Inscrita sob o n.º 119 na OROC





João Amaro Santos Cipriano ROC n.º 631  
Carlos Alberto Antunes de Abreu ROC n.º 761

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**  
**ARSENAL DO ALFEITE, S.A.**  
**EXERCÍCIO DE 2010**

Nos termos da lei vem o Fiscal Único da "ARSENAL DO ALFEITE, S.A." emitir o seu relatório e parecer respeitante aos documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração, os quais compreendem, além do Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

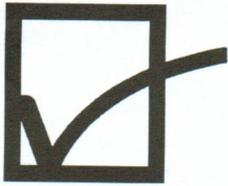
**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A actividade por nós desenvolvida relativamente ao exercício de 2010, envolveu a aplicação dos procedimentos técnicos de fiscalização, dos quais destacamos:

- a) A apreciação, numa base de amostragem, dos registos, movimentos e saldos da contabilidade, aplicando testes de auditoria apropriados;
- b) A verificação do cumprimento dado às obrigações de carácter legal, especialmente no que respeita às exigências em matéria fiscal e parafiscal;
- c) A tomada de conhecimento dos aspectos fundamentais dos negócios sociais, através de contactos com a administração e os serviços da empresa, e recorrendo também à análise evolutiva possibilitada pelas informações financeiras intercalares;
- d) A revisão dos Documentos de Prestação de Contas, incluindo o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções, a Demonstração das Alterações ao Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as respectivas notas anexas;
- e) A verificação dos suportes de escrituração e sua manutenção de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Contou-se, com a disponibilidade da parte da Administração e dos serviços contactados, tendo sido obtidos todos os esclarecimentos solicitados.

Para além da verificação da actividade da empresa, para o que ocorreram contactos com o Conselho de Administração, aplicámos na qualidade de Revisor Oficial de Contas, um conjunto de procedimentos de verificação visando analisar e ajuizar sobre as políticas e procedimentos de incidência contabilística e de controlo interno e patrimonial.



# ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC

Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119

João Amaro Santos Cipriano ROC n.º 631  
Carlos Alberto Antunes de Abreu ROC n.º 761

Apreciámos o Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, e emitimos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, a Certificação Legal das Contas, cujo conteúdo se dá aqui como inteiramente reproduzido.

## PARECER

Tendo presentes as considerações anteriores, bem como o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o nosso parecer é no sentido de que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apurados no exercício de 2010, apresentada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, em 17 de Março de 2011

**João Amaro Santos Cipriano-ROC n.º 631**  
em representação de  
**"Abreu & Cipriano, Auditores, SROC"**  
Inscrita sob o nº119 na OROC